

O Consórcio Internacional sobre Políticas de Drogas (IDPC) pede um novo enfoque para as estratégias de controle de drogas

Junho de 2012

Nós, as organizações da América Latina e as que trabalham na região, pertencentes ao Consórcio Internacional sobre Políticas de Drogas (IDPC), reivindicamos o direito democrático e soberano de nossos respectivos países para corrigir tudo que é necessário na atual política de drogas. Exigimos também que a comunidade internacional reunida na *Thematic Debate of the 66th Session of the United Nations General Assembly on Drugs and Crime as a Threat to Development on the Occasion of the UN International Day Against Drug Abuse and Illicit Trafficking*, and the *International Conference of Ministers of Foreign Affairs and Heads of Specialized National Agencies on the Global Drug Problem*, realize profundas reformas nas políticas de drogas vigentes.

Sabemos que as instituições democráticas da América Latina sofrem imensas pressões dos interesses relacionados com o crime organizado em torno da produção e da venda de drogas ilícitas; que as máfias estão se fortalecendo na região e estendendo gradualmente seus tentáculos a outras atividades ilegais lucrativas; e que a chamada “guerra contra as drogas” na região resulta em graves “consequências não-intencionais” do sistema de controle internacional de substâncias, referidas pela Oficina das Nações Unidas Contra a Droga e o Crime (UNODC, na sigla em inglês).

Conclamamos a comunidade internacional a realizar uma mudança imediata e substancial, na qual:

- Se reestruem as prioridades e metas de todas as políticas de drogas, incluindo aquelas relacionadas à segurança e a justiça, para que os direitos humanos não sejam de nenhuma maneira violados; e que estas estejam sujeitas a avaliações objetivas, imparciais e periódicas, com a efetiva participação da sociedade civil.
- Se garantam recursos suficientes à saúde, prevenção, educação e desenvolvimento social nos orçamentos destinados à segurança, de acordo com critérios científicos e redução de riscos e danos.
- Se ponha fim à criminalização e discriminação dos usuários de drogas, especialmente os mais marginalizados, os que mais necessitam de um acesso efetivo aos serviços de saúde. Pedimos, além disso, a participação e inclusão desses usuários nos debates públicos em que sejam tratadas quaisquer políticas que lhes dizem respeito.
- Se implementem políticas de desenvolvimento econômico eficientes nas zonas produtoras de cultivos usados para a produção de drogas ilícitas, mediante uma sequência adequada de medidas que torne possível a diminuição desses cultivos, assim como garanta a abertura dos mercados internacionais para os produtos alternativos incluídos nesta estratégia. Isto implica também em descriminalizar os

pequenos produtores – que sofrem uma repressão policial que é pura perda de tempo e recursos, haja vista que o fornecimento de drogas mantém-se inabalado.

- Se reconheçam os usos tradicionais de plantas ancestrais, tais como a folha de coca.
- Se considerem normas alternativas para a cannabis.
- Se observem, em acordo com a lei, o princípio da proporcionalidade das penas referentes a delitos relacionados às drogas; e se contemplem sanções alternativas à prisão para aqueles que, ao infringir as leis de drogas, não tenham cometido delitos violentos ou graves que afetem a terceiros.

Organizações da América Latina e as que trabalham na região que são membros do IDPC:

Asociación de Estudios del Cannabis del Uruguay (AECU), Uruguai

Asociación Civil Intercambios, Argentina

Centro de Estudios de Derecho, Justicia y Sociedad (DeJuSticia), Colômbia

Centro de Investigación Drogas y Derechos Humanos (CIDDDH), Peru

Centro de Respuestas Educativas y Comunitarias A.C (CRECE), México

Colectivo por una Política Integral Hacia las Drogas (CUPIHD), México

Espolea, México

Psicotropicus, Brasil

Puente Investigación y Enlace (P.I.E.), Bolívia

Red Americana de Intervención en Situaciones de Sufrimiento Social (RAISSS)

Red Andina de Información (AIN), Bolívia

Red Chilena de Reducción de Daños, Chile

Rede Brasileira de Redução de Danos e Direitos Humanos (REDUC), Brasil

Transnational Institute (TNI), Holanda

Viva Rio, Brasil

Washington Office on Latin America (WOLA), Estados Unidos

O IDPC é uma rede mundial de ONGs e de redes profissionais especializada em questões de drogas fiscalizadas. Fomenta debates objetivos e abertos sobre políticas de drogas em âmbito nacional e internacional, e apoia políticas eficazes fundamentadas em provas científicas, para reduzir danos relacionados às drogas. Para mais informações, veja: www.idpc.net.